

GRAMSCI, O ESTADO E A HEGEMONIA: A ESTRATÉGIA DO ACÚMULO DE FORÇAS PROLONGADO

João Cláudio Bonfim*

Nessa mesma linha, o 5º Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia. (Resolução I congresso PT, Socialismo, Parágrafo 111)

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é investigar os nexos entre o pensamento político de Antonio Gramsci e o debate acerca das estratégias políticas da esquerda brasileira. Trata-se, sobretudo, de investigar a concepção estratégica formulada no interior do Partido dos Trabalhadores no período que vai do V encontro nacional (1986) ao I congresso nacional (1991). Essa estratégia conhecida como acúmulo de forças prolongado representou uma das mais férteis tentativas de tradução do pensamento político de Gramsci para a realidade brasileira. O clássico debate entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein, de certo modo, sempre condicionou a esquerda brasileira a pensar o tema da estratégia a partir da dicotomia entre reforma e revolução. O centro dessa estratégia foi construir uma mediação entre utopia e realidade presente passando pelos seguintes fundamentos: uma concepção processual de revolução capaz de enfrentar a dicotomia reforma/revolução e pela articulação da luta por dentro do Estado visando sua refundação com uma forte ativação da sociedade civil popular.

Influenciada pela teoria política de Gramsci, curiosamente, essa concepção, bloqueada no PT, tem animado os processos políticos em curso na Venezuela, Bolívia e Equador. Passados cerca de 25 anos de sua formulação, retomar e atualizar o tema da hegemonia, do Estado e da estratégia das esquerdas em um período pós-neoliberal e ancorado no marco teórico formulado por Gramsci constitui-se num dos principais desafios teóricos da esquerda brasileira.

Palavras-chave: Estado, Hegemonia, Guerra de posição, Esquerda, PT.

1. Introdução

O objetivo do presente artigo é estabelecer nexos entre o pensamento político de Antonio Gramsci e a estratégia política formulada pelo Partido dos Trabalhadores no período que vai do V Encontro Nacional realizado em 1987 ao I congresso em 1991. Trata-se de investigar como as formulações do autor Italiano, sobretudo, as referentes ao Estado e a hegemonia impactaram as resoluções que deram origem a estratégia do

“acúmulo de forças prolongado¹”. Essa investigação relaciona-se, em termos mais gerais, com a contribuição que a obra de Gramsci, principalmente seus Cadernos carcerários², ofereceu ao pensamento de esquerda no Brasil. De fato, tal investigação constitui-se em um dos maiores desafios teóricos e políticos que o pensamento de esquerda no Brasil tem enfrentado.

Uma das tentativas mais férteis e originais de elaboração de novos pressupostos estratégicos aconteceu no interior da cultura petista, principalmente a partir das resoluções dos V, VI, VII, e VIII Encontros Nacionais e do I Congresso Nacional. As discussões travadas há época na revista Teoria e Debate articulou a participação dos principais dirigentes da esquerda brasileira, assim como intelectuais do porte de: Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Francisco Wefort, Maria da Conceição Tavares, Marco Aurélio Garcia, Emir Sader, Paul Singer, João Machado, Tarso Genro, Vladimir Pomar, Dalmo de Abreu Dallari, Plínio de Arruda Sampaio, Daniel Aarão Reis Filho, Jacob Gorender, Michel Lowy, Marilena Chauí, Renato Janine Ribeiro, César Benjamin, Juarez Guimarães, Edmundo Fernandes Dias, Francisco Campos, Ricardo Antunes, Leandro Konder, Luciano Coutinho, Armando Boito Jr.

Um dos méritos dessa concepção estratégica foi construir uma importante mediação entre utopia e a realidade presente. Criar as condições para que a utopia “ganhe as massas” gerando uma intervenção na realidade, ou melhor, transformar utopia em história tem sido o sentido mais generoso desse debate. Partindo da caracterização de que o período histórico era desfavorável a possibilidade de uma transformação socialista e levando em conta as considerações de Gramsci sobre os desafios da conquista/construção do poder nas sociedades “ocidentais”, pensou-se em um caminho capaz de acumular forças visando à conquista da hegemonia e a fundação de um novo Estado.

Por outro lado, essa concepção estratégica foi derrotada pelos setores que passaram a hegemonizar o Partido dos Trabalhadores. Porém, sua vitalidade, questionada dentro do PT, tem animado os processos políticos em curso na América

¹ Acúmulo de forças prolongado foi o nome como ficou conhecida a estratégia política formulada pelo PT a partir do quinto encontro nacional. Ao longo do texto abreviamos acúmulo de forças prolongado por AFP.

² Todas as citações dos Cadernos do Cárcere presentes neste artigo referem-se à edição brasileira, com menção ao volume e ao número da página (por exemplo: CC, 3, 145). Edição de Carlos Nelson Coutinho, com colaboração de Marco Aurélio Nogueira, Luis Sergio Henriques, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 6vols, 1999-2002.

Latina, sobretudo na Venezuela, Bolívia e Equador. O clássico debate entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein, de certo modo, sempre condicionou a esquerda brasileira a pensar a estratégia a partir da dicotomia entre reforma e revolução. De fato, resumidamente, para além de importantes diferenças, as semelhanças entre a estratégia do AFP e as experiências mencionadas na América Latina passam pela: formulação de uma concepção processual de revolução capaz de enfrentar a dicotomia reforma/revolução; pela articulação da ação por dentro do Estado visando sua refundação, com uma forte ativação dos movimentos sociais.

É incrível como o nexo entre o pensamento político de Gramsci e a estratégia do AFP não tenha sido ainda suficientemente desenvolvido. No fundo, ao analisar essa experiência construída pela cultura petista, a presente investigação pretende refletir como conceitos como guerra de posição, Estado ampliado, Estado ético, hegemonia, socialização da política, reforma intelectual e moral, filosofia da práxis podem ajudar a formular uma teoria revolução.

O tema da mudança política sempre foi um enorme desafio. A possibilidade dos sujeitos interferirem na realidade social tem instigado as reflexões do pensamento político desde a Grécia antiga. Relacionada a essa questão, o tema da estratégia (caminho geral, possível, provável para se chegar/construir uma determinada utopia) desafia, em especial, o pensamento de esquerda. De fato, articular meios e fins, construir objetivos, produzir traduções e mediações não é tarefa fácil. Mesmo porque a historicidade da realidade pode modificar fins e meios, caducar estratégias e utopias, além disso, à capacidade dos sujeitos de construírem uma nova sociedade, ainda que traduzida por uma eficaz estratégia, está sempre condicionada por aquela “realidade rebelde³” na qual Gramsci fazia referência em seus Cadernos. Por isso, um elemento central de qualquer estratégia é investigar as relações de força, no fundo trata-se de pensar as possibilidades da política. Articulando de forma magistral o dirigente político e o teórico do poder ensina Antonio Gramsci sobre a análise das relações de forças: *“Elas mostram quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero⁴”*. A realidade política tem sempre uma dimensão de construção humana, disputa, dever ser, ela depende da luta, da organização, enfim da política, porém seus resultados não podem ser “adivinhados” ou

³ CC, 3, 40.

⁴ CC, 3, 45-46.

“previstos” cientificamente em todos os seus elementos. Por isso, é da reciprocidade entre “realidade rebelde” e a política que surgem as resultantes, as realidades políticas e o desafio teórico e prático da transformação social.

2. Gramsci, o Estado e a hegemonia

Uma estratégia é um caminho geral, possível, provável para se chegar/construir uma determinada utopia, por isso, quem pensa uma estratégia, de certo modo pensa também uma utopia. Nesse sentido, a elaboração de uma estratégia está sempre articulada à pergunta: qual objetivo construir? Portanto, conhecer as dimensões utópicas presente no pensamento de Gramsci será fundamental para entender o tema da conquista da hegemonia e o debate da estratégia para alcançá-la.

Parte dos conceitos formulados por Gramsci tinha duas dimensões, ou seja, eram ao mesmo tempo critérios de interpretação da realidade e projeto político. Esse fato tinha a ver com a mentalidade gramsciana de não separar o conhecer do transformar. Como critério de interpretação da realidade o Estado era visto como uma unidade dialética entre força e consenso, público e privado, sociedade política e sociedade civil, expresso através da famosa fórmula: “*Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção*”⁵.

No que se refere à dimensão de projeto político, Gramsci formulou a utopia do Estado ético⁶ que estudamos a seguir. Três elementos são centrais para entender as novidades dessa formulação proposta por Gramsci: a noção de Estado ético se distancia da idéia de fim do Estado presente tanto na tradição anarquista, quanto em parte da tradição comunista; o fato de Gramsci estar projetando uma sociedade na qual todos possam governar, em outras palavras, uma socialização da política; e o predomínio, no Estado ético, do consenso ativo sobre a violência e coerção.

A utopia do Estado ético enfrenta um tema clássico na ciência política: quem governa? Para Gramsci a existência de governantes e governados embora seja um dado da realidade, inclusive existente dentro de uma mesma classe social é passível de ser

⁵ CC, 3, 85.

⁶ Infelizmente não poderemos aprofundar no âmbito desse artigo algo que consideramos pressuposto ao se tratar de Gramsci, ou seja, a relação dialética entre estrutura e superestrutura. Isso significa dizer que a construção do Estado ético está articulada a uma socialização econômica.

transformada, como fica nítido numa das mais instigantes e provocadoras passagens do pensamento político:

O que se quer é que sempre existam governantes e governados ou, ao contrário, desejam-se criar as condições nas quais a necessidade da existência dessa divisão desapareça? Ou seja, parte-se da premissa da perpetua divisão do gênero humano ou se crê que essa divisão é somente um fato histórico que corresponde a determinadas condições. (CC, 3, 325).

Para Gramsci a divisão do gênero humano, apresentada como natural ou mesmo benéfica, esconde outra “natureza humana” sufocada pela sociedade do mercado, mas que poderá ser expandida no Estado ético. O tema da natureza humana sempre esteve na base do pensamento político, as obras de Hobbes e Maquiavel testemunham dois grandes exemplos, pois ambos edificam suas teorias políticas baseadas em como lidar com uma natureza humana, para dizer o mínimo, “dada ao conflito”. Diferentemente desses dois autores que tinham uma concepção da natureza humana fixa, para Gramsci a natureza humana é o conjunto das relações sociais. Por isso, não existe o homem em geral, mas o homem historicamente determinado, ou seja, Gramsci dava a noção de natureza humana um vínculo social e uma “plasticidade” que a transforma, no fundo, em um devir.

A aposta na possibilidade de uma socialização do poder e na formação de novos dirigentes é recorrente nos Cadernos do cárcere. Gramsci constrói uma teoria política que representa uma forte aposta nos “simples”: não por outro motivo considera que “todos são filósofos⁷”, por isso sustenta a utopia do “ser guia de si mesmo⁸”, aliada sempre a necessidade de “educar a si mesmo⁹” para “dirigir ou controlar quem dirige¹⁰”.

No fundo, tanto a socialização do poder quanto o Estado ético estão ancorados no mesmo princípio: o de que todos os homens são iguais e, portanto, todos podem governar. Isso significa dizer que não há nada na natureza humana que inviabilize uma socialização do poder. A hipótese da superação de governantes e governados no Estado ético, como deixa claro Gramsci no parágrafo 2 do caderno 12 é no sentido de um governo com consentimento dos governados. O interessante é que esse mesmo tema foi

⁷ CC, 1, 93.

⁸ CC, 1, 94.

⁹ CC, 1, 388.

¹⁰ CC, 2, 49.

também enfrentado por outros autores clássicos do pensamento político da época. Para ficar em autores relativamente contemporâneos de Gramsci, não só Max Weber e Shumpeter, como também a tradição elitista (Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Milches) parecem não levar a sério a hipótese de socializar a política, pois para eles, ainda que com marcos teóricos diferenciados, a divisão entre dirigentes e dirigidos ou para falar nos termos de Milches a oligarquização da política é uma lei sociológica e, portanto, a política é impotente diante dela.

Além disso, a utopia do Estado ético também se ancora na premissa de que todos, através de um processo educativo podem ser morais a ponto de construir uma sociedade na qual as relações de poder não são baseadas na coerção, violência e força, mas sim no consenso ativo. É no parágrafo 88 do caderno 6 intitulado: “Estado gendarme-guarda-noturno” que Gramsci explicita melhor sua concepção de Estado ético: “*no pressuposto de que todos os homens são iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa a consciência*” (CC, 3, 245).

Por isso, o Estado ético é ao mesmo tempo oponente da noção de Estado mínimo e do Estado Hobbesiano. Sujeitos elevados a tal grau de conscientização que jamais o Estado ético pode ser visto como fim da política, ao contrário, trata-se do início de uma nova fase onde a política se potencializa, pois serão suas dimensões persuasivas que ditarão o governo da sociedade. O Estado ético também não significa o fim do Estado, trata-se sim, de uma concepção estatal que extingue a violência e a coerção, por isso, sua dimensão utópica. O que Gramsci considerava uma possibilidade histórica era o fim do Estado Burguês cuja divisão em classes e violência são características inegociáveis. Uma análise mais detalhada da passagem citada acima fica claro que Gramsci chega a usar a palavra lei, no sentido de regras e instituições que viabilizem a sociedade humana. Além disso, o Estado ético é para Gramsci a sociedade civil, no Estado ético há uma reabsorção da sociedade política na sociedade civil¹¹. Mas na sociedade civil existem instituições, existe política, existe e existirão mesmo disputas pelo consenso ativo dos governados e dos novos dirigentes.

Para Domenico Losurdo (2006) “*Gramsci parece não dar crédito algum à tese do “fim” idêntico (uma sociedade sem Estado) perseguido, segundo Estado e*

¹¹ CC, 3, 245.

Revolução, por anarquistas e comunistas” (Losurdo, 2006, p. 216). Losurdo considera que fazer coincidir o fim do domínio burguês com o fim do Estado é uma forma de mecanicismo que transforma as instituições políticas em uma simples superestrutura da economia. O erudito Italiano formula uma pergunta desconcertante: ao comentar que a distinção em Gramsci entre Estado e sociedade civil é metódica e não orgânica, pergunta Losurdo: mas não é esse erro que incorre a tese da extinção do Estado? Ainda mais taxativo é Semeraro (2009) ao precisar o sentido da idéia de dissolução do Estado em Gramsci:

(...) quando se fala da dissolução do Estado, portanto, o objetivo é a superação do estado nacional capitalista, portador de guerras e divisões; não a eliminação das instituições necessárias à convivência humana. Gramsci não apenas está convencido de que “a sociedade sem estado é pura abstração”, mas que “não existe sociedade senão dentro de um Estado, que é a origem e o fim de todo o direito e dever, que é garantia de permanência e sucesso de toda a atividade social” (Semeraro, 1999, p.95-96).

Já em um texto de juventude¹² chamado “O Estado e o Socialismo” Gramsci não deixa dúvidas de sua posição: “*na dialética das idéias, a anarquia continua o liberalismo, não o socialismo*”¹³.

Um último elemento da concepção de Estado em Gramsci com enormes repercussões no debate estratégico é a possibilidade de interpretá-lo como expressão de uma relação de forças. Além do conceito de Estado ampliado já conter essa concepção, acrescenta-se ao argumento o fato de Gramsci ter uma concepção da própria realidade como relação de forças. A leitura do parágrafo 16 do caderno 13, na qual o autor Italiano criticando certo realismo político pautado apenas no ser, argumenta que a realidade não é algo estático e imóvel, ao contrário, “*é uma relação de forças em continuo movimento e mudança de equilíbrio*”¹⁴; articulada com a leitura do importante parágrafo 17 do caderno 13 mostra como para Gramsci o Estado era uma relação de forças entre as classes fundamentais:

(...) a vida estatal é concebida como uma continua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo

¹² Os textos de juventude de Gramsci referem-se ao período anterior a prisão. Parte considerável desses textos foi publicada pela civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2004 com o título: *Escritos Políticos* (2 vols.).

¹³ *Escritos Políticos*, V. 1, p. 252.

¹⁴ Cc, 3, 35.

fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (CC, 3, 42).

É a partir dessa concepção de Estado que Gramsci vai enfrentar aquilo que ele considerava a questão fundamental da teoria política do pós-guerra: uma nova teoria da revolução para o “ocidente”. Em uma passagem das mais taxativas o autor Italiano sustenta que a estratégia do ataque frontal proposta por Trotski estava superada pela própria realidade, pois incapaz de enfrentar os novos desafios impostos pelo aparecimento das sociedades “ocidentais”:

Esta me parece à questão de teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de se resolver corretamente. Ela está ligada as questões levantadas por Bronstein, que, de um modo ou de outro, pode ser considerado o teórico político do ataque frontal num período em que este é apenas causa de derrotas. (CC, 3, 255).

Para Gramsci, nas sociedades “ocidentais” haveria um maior protagonismo da sociedade civil e uma relação mais equilibrada desta com a sociedade política. Trata-se de uma concepção que no fundo amplia o próprio locus do poder, ou seja, este já não estava mais concentrado na sociedade política como nas sociedades “orientais”, no “ocidente” o poder estaria disseminado também pela sociedade civil:

No oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no ocidente, entre estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casametas. (CC, 3, 262).

Por isso, as forças que quisessem disputar o Estado não poderiam adotar uma estratégia de assalto a sociedade política, pois ainda que esse assalto fosse vitorioso não se teria conquistado o poder. Para Gramsci a conquista do poder pressupõe a hegemonia. Esse exatamente o limite da estratégia do ataque frontal, ou seja, subestimar as ações na sociedade civil, principalmente as referentes à construção da hegemonia.

Nesse sentido, acumular forças é muito mais do que se preparar para a ruptura, ainda que possa ser isso também, mas é antes de tudo a reforma intelectual e moral capaz de produzir os novos dirigentes:

Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria

conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente. (CC, 5, 62-63).

Nesse sentido, se nossa interpretação estiver correta, o que organiza a luta política no presente não é a utopia do Estado ético, também não é a fundação de um novo Estado, mas sim a disputa de hegemonia visando à fundação de um novo Estado e rumando de forma utópica para o Estado ético.

4. Gramsci e a estratégia do acúmulo de forças prolongado

O pensamento político de Gramsci influenciou parte expressiva das organizações, partidos e intelectuais, movimentos vinculados ao pensamento de esquerda. Embora a recepção de sua obra no Brasil tenha sido extremamente plural e mesmo divergente, entre essas várias interpretações que “disputam” o legado do pensador e ativista político Italiano, de fato, algumas “venceram”, sobretudo a matriz Bobbiana e a leitura de Carlos Nelson Coutinho. No caso do PT foram essas duas linhas interpretativas que mais influenciaram o partido, embora também houvesse intelectuais que compunham uma linha que procurava resgatar o Gramsci comunista e revolucionário¹⁵.

A dicotomia reforma ou revolução, assim como o debate travado no interior do partido Bolchevique entre revolução permanente ou revolução por etapas marcou o debate a respeito dos caminhos políticos das diversas tradições da esquerda brasileira. Anterior ao surgimento do PT, esse debate, desencadeou diferentes linhas políticas. Entre elas, dois momentos foram importantes e recusados mais tarde pelo Partido dos Trabalhadores: Etapismo¹⁶ que influenciou a linha política do Partido Comunista Brasileiro nos anos 50/60, do PCdoB e outras organizações de esquerda; e a “guerra de guerrilhas” que apesar de suas transformações surge a partir do triunfo da Revolução

¹⁵ Ver Edmundo Fernandes Dias em: Gramsci: Rabo preso. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=738>. Arquivo consultado em 15 de março de 2008.

¹⁶ Uma boa definição da estratégia Etapista é feita por Coutinho (2005). Segundo ele, para o PCB (década de 50/60) o Brasil permaneceria um país atrasado, semicolonial, e semifeudal, impedido em seu pleno desenvolvimento para o capitalismo pela presença do latifúndio e da dominação imperialista (Coutinho, 2005, p.247). Em consequência, careceríamos ainda de uma revolução democrático-burguesa construída em aliança com a burguesia nacional supostamente antiimperialista e antifeudal (idem, ibidem). Para Carlos Nelson Coutinho (2005) “*tratava-se da aplicação no Brasil de modelos de análise dos países periféricos elaborado pelo VI congresso da internacional comunista*”. (Coutinho, 2006: 248).

Cubana em 1959 e influenciou organizações que participaram da luta armada no Brasil como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Para falar em termos gramscianos, a partir do início dos anos 80 houve um vigoroso processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira. Esse processo desencadeou uma ascensão dos movimentos sociais proporcionando uma maior articulação da sociedade civil popular. Tal processo culminou com a fundação do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento Sem Terra (MST), a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a construção de uma rede de movimentações populares por democracia, justiça social, direitos, igualdade racial etc. Parte importante desse processo culminou com a “cultura petista” cujo ponto alto foi o período que vai de 1986, passando pela campanha de Lula a presidência em 1989, até a realização do I congresso nacional em 1991. Documentos e resoluções¹⁷ como “O socialismo petista”, “Por um governo democrático e popular”, “O momento atual e nossas tarefas” e a resolução “Socialismo” do I congresso nacional são pontos altos dessa elaboração política cujo horizonte estratégico era a superação do capitalismo.

Nesse mesmo período ocorria um rico debate em torno das idéias de Antonio Gramsci no Brasil. Já em 1979, Carlos Nelson Coutinho publicava o ensaio “Democracia como valor universal”. Coutinho trazia para o Brasil um debate ocorrido no partido fundado por Gramsci, PCI, a respeito das relações entre socialismo e democracia. Tal debate teve um impacto importante no interior do PT, a democracia era vista, nessa chave, como meio e fim, ou nas palavras do próprio Coutinho: “*se sem democracia não há socialismo, tampouco há democracia plena e consolidada sem socialismo*”¹⁸. Tal concepção era fortemente influenciada pela tradição eurocomunista, principalmente nas contribuições de Palmiro Togliatti, Pietro Ingrao e Enrico Berlinguer. Além disso, o conceito de guerra de posição era visto como alternativa a guerra de movimento. Essa leitura, como já dissemos, dava a teoria da revolução em Gramsci um sentido mais processual, sem necessariamente uma ruptura decisiva.

Para o historiador Lincoln Secco (2006) a partir do V Encontro Nacional do PT, termos como Hegemonia e bloco histórico invadem os artigos da revista teoria e debate

¹⁷ Os documentos históricos do PT, incluindo as resoluções dos encontros nacionais, congressos, programas de governo estão disponíveis na internet via <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos>.

¹⁸ Coutinho, 2008, p.17.

e do boletim linha direta. Apesar de muitas vezes o uso dessas categorias terem uma dimensão instrumental, despreocupada com um rigor e contextualização da obra gramsciana, houve um esforço de incorporação do seu marco teórico em um período de renovação do marxismo.

De fato, as concepções políticas de Gramsci foram uma forte inspiração para a formulação da estratégia do acúmulo de forças prolongado. Essa estratégia foi expressão da vitória dos setores vinculados a chamada “esquerda do PT”. O parágrafo 101 da resolução do I congresso do PT é nitidamente ancorado nas elaborações de Gramsci: *“Ela busca abolir a distinção entre governantes e governados e encaminhar a extinção das desigualdades de classe e do Estado enquanto aparelho de dominação”*. (Parágrafo 101)

Em outra passagem do mesmo congresso reafirma-se o sentido da linha política aprovada no V encontro nacional realizado no ano de 1987 e que preparou a simbólica campanha de Lula em 89:

“Nessa mesma linha, o 5º Encontro Nacional do PT formou a convicção de que, na caminhada rumo às mudanças democrático-populares e ao socialismo, a classe trabalhadora precisa desenvolver uma política de acúmulo de forças de longa duração, o que significa disputar a hegemonia.” (Parágrafo 111)

A idéia de um acúmulo forças prolongado era associada à disputa de hegemonia. Nesse sentido, acumular forças era mais do que se preparar para a ruptura, trata-se de conquistar a direção moral e intelectual, erguer uma nova cultura, formar novos dirigentes. Essa concepção esta ancorada na idéia de que o poder não estava apenas na sociedade política, mas também disseminado pela sociedade civil. Já aquela época ocorria um caloroso debate sobre o caráter “oriental” ou “ocidental” da formação social brasileira. Para Gramsci nas sociedades “ocidentais” a revolução só poderia ter uma dimensão mais processual, pois implicava uma disputa pela hegemonia cuja dimensão cultural, de direção política requer um prolongado processo de reforma intelectual e moral. Ou seja, conquistar o poder não significa apenas conquistar a sociedade política, ao contrário, sem disputar a sociedade civil não se conquistaria o poder, pois por trás do Estado existe uma robusta cadeia de fortalezas e casametas.

Por outro lado, acumular forças significava também estar ciente de que a disputa de hegemonia pode e mesmo deve desencadear reações, crises, tensões, lutas:

Para o PT, a conquista do poder político não começa, nem termina e tampouco se reduz, simplesmente, à clássica representação simbólica da “ocupação do palácio governamental”. Se não visualizamos a conquista do poder como um “assalto ao Estado”, tampouco acreditamos que o socialismo virá através de um ininterrupto e linear crescimento das forças e da hegemonia socialistas dentro da sociedade, sem que ocorram choques e confrontos intensos. Reafirmamos, portanto, que as transformações políticas, econômicas e culturais que o Brasil necessita supõem uma revolução social. (I Congresso, Socialismo, Parágrafo 116)

Ou seja, em total compasso com Gramsci a conquista da hegemonia abriria a possibilidade de uma revolução social e a conseqüente fundação de um novo Estado.

Outra característica central da estratégia do AFP é que além dessas novas dimensões da luta pelo poder nas sociedades “ocidentais”, nem a conquista da hegemonia, nem a fundação de um novo Estado, muito menos a construção da utopia do estado ético estão colocados na ordem do dia. Em um cenário como este, a estratégia do AFP propõe pensar um caminho que melhore as condições de luta, ou seja, seja capaz de produzir uma alteração da relação de forças global que pudesse ser capaz de apontar para um cenário mais favorável à abordagem da disputa de hegemonia.

Tal cenário de defensiva agrava-se pela forte cultura consumista e individualista, expressa, por exemplo, na cultura do Shopping Center. Na defensiva da idéia de política como solução ou tentativa de solução dos problemas civilizatórios. Uma forte despolitização da sociedade civil, entendida como terceiro setor, na qual mesmo iniciativas progressistas pautadas na idéia de uma democracia deliberativa¹⁹ passam longe dos partidos políticos, movimentos sociais e da idéia de hegemonia. O papel econômico, político e ideológico desempenhado pela grande mídia tendo as organizações Globo como ponta de lança de um projeto elitista capaz de criminalizar os movimentos sociais, ridicularizar os governos de esquerda na America Latina, constranger e golpear qualquer alternativa democrática e popular, que dirá socialista. A forte crise que tem abatido os movimentos sociais tradicionais: sindical, estudantil e a impressionante força adquirida pelos mercados e pelo sistema financeiro com o processo de globalização. Os retrocessos produzidos pela década neoliberal vivida no Brasil e suas conseqüências para a construção de um projeto democrático e popular. O forte crescimento das religiões evangélicas que assumem, no geral, um conteúdo político e ideológico hostil a idéia de socialismo.

¹⁹ Ver HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova, Cedec*, São Paulo, n.36, p.39-53, 1995.

Nesse cenário, surge também uma formulação que marcará a estratégia do AFP: a articulação da luta social com luta institucional, ou seja, a disputa de hegemonia passou a ser concebida de forma mais nítida como uma articulação entre ações dos movimentos sociais e populares (sociedade civil), com ações por dentro da sociedade política:

É esta nova compreensão das tarefas de disputa de hegemonia no Brasil que o PT precisa assumir e assimilar, sob pena de ficar prisioneiro, ou de políticas equivocadas, que privilegiam apenas a luta econômica e a pressão popular; ou que privilegiam somente a atuação no campo institucional, sem articular as lutas reivindicatórias e setoriais com a luta por reformas políticas e econômicas, mantendo, assim, a luta institucional prisioneira do caráter antidemocrático e elitista das instituições e dispersando as lutas sociais nas reivindicações específicas e no corporativismo. (I Congresso, Socialismo, Parágrafo 121)

De fato, a possibilidade das classes subalternas conquistarem no Brasil, pela via eleitoral, um governo democrático e popular é um elemento chave desse caminho mais geral de disputa de hegemonia visando à fundação de um novo Estado e rumo à utopia do Estado ético chamado AFP. Tal perspectiva sustenta que este governo (democrático e popular) ao colocar em marcha um programa de reformas radicais, pode desencadear e construir um processo de alteração da correlação de forças na sociedade, abrindo um período mais favorável a luta socialista. Diante de tal compreensão, abrem-se novas pesquisas, novas perguntas e novos desafios. Um deles refere-se às seguintes questões: como atuar por dentro do Estado disputando hegemonia? Sem, ao mesmo tempo, cair na política da “arte de possível”, no pragmatismo, ou na utopia sem mediação? Qual o nexos entre as políticas públicas de interesse das classes populares e a disputa de hegemonia?

Por outro lado, como já foi dito, a estratégia AFP foi derrotada pela maioria que passou a hegemonizar o Partido dos Trabalhadores. Embora abandonada pelo PT, essa estratégia tem na Bolívia, na Venezuela e no Equador seus principais cenários. Para Emir Sader (2009) esses processos na América Latina representam uma nova estratégia de poder capaz de articular luta social e luta política:

A combinação de sublevações populares com grandes manifestações de massa desembocou em alternativas político-eleitorais, diferentemente das estratégias anteriores de luta insurrecional. Porém, à diferença dos projetos reformistas tradicionais, a nova estratégia propõe-se a implementar um programa de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais não por meio das estruturas de poder existentes, mas pela refundação dos Estados. Por isso, une elementos da estratégia de reformas a outros da luta

insurrecional, buscando combinar formas distintas de luta e rearticulando a luta social coma luta política”. (Sader, 2009, p. 142).

Em dezembro de 2010 completa 23 anos do V encontro nacional do PT, longe de perder sua vitalidade a estratégia do AFP é uma potente tradução do pensamento político de Antonio Gramsci. Por outro lado, essa estratégia tem sido fortemente contestada tanto a esquerda, quanto à direita, nesse sentido, recuperar seu legado e atualizá-la para enfrentar uma nova etapa representada pelo pós-neoliberalismo é um dos mais atuais desafios teóricos do pensamento de esquerda.

* Especialista em sociologia política pela PUC/RJ e mestrando do programa de pós-graduação em ciência política da Universidade Federal Fluminense.

Referências Bibliográficas

BARATA, G. As rosas e os Cadernos. Trad. Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BERLINGUER, E. Democracia, valor universal. Seleção, tradução, introdução e notas: Marcos Mondaini. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, coedição, rio de janeiro: contraponto, 2009.

BOBBIO, N. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de Sociedade Civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, C. N. Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. A democracia como valor universal e outros ensaios. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

RESOLUÇÃO I CONGRESSO: SOCIALISMO. Disponível na internet via <http://www.fpabramo.org.br/uploads/socialismo.pdf>. Arquivo consultado em 12 de junho de 2010.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere (6 vls). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 – 2002.

_____. Escritos Políticos (2 vls). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LOSURDO, D. Antonio Gramsci: do liberalismo ao comunismo crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SADER, E. A nova Topeira: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SECCO, L. Gramsci e a Revolução. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2006. 240 p.

SEMERARO, G. Lo "Stato etico" di Gramsci nella costruzione politica dei movimenti popolari. Critica Marxista (Roma), v. I, p. 50-58, 2008.

_____. Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.